



66
Km

P&P
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
REGISTRADO
169 Folha 27
14/03/15 Nome: [Assinatura] 46629

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
que entre si celebram o Município de Belo
Horizonte e a Associação dos Surdos de Minas
Gerais

13.01.2015.2000.0004.00.00

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, estabelecido na Avenida Afonso Pena, 1.212, Centro, nesta Capital, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Governo, Vítor Mário Valverde, presentes o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e Associação dos Surdos de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 16.593.824/0001-52, estabelecida na Rua Conceição Aparecida Augsten, 100, Bairro Castelo, Cep: 30.840.400, Belo Horizonte/MG, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Carlos Eduardo Coelho Sachetto, portador da CI nº M-82.505SSPMG e CPF nº 124.768.206.44 celebram o presente **CONTRATO**, nos termos do art. 24, inc. XX da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, Decretos Municipais 10.710, de 28 de junho de 2001, 11.245, de 23 de janeiro de 2003, e demais normas pertinentes à dispensa de licitação SMGO nº 004/2015, constante do Processo Administrativo nº. 01.036.267.15-30, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O objeto deste instrumento consiste na prestação de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) por profissionais devidamente capacitados para aos eventos promovidos pela Secretaria Municipal adjunta de Gestão Compartilhada- SMAGC, conforme descrições contidas neste Contrato e seus Anexos:.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 O presente contrato terá início a partir da data de sua assinatura, com vigência até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO LOCAL E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) serão realizados mediante Ordem de Serviço emitida com com antecedência de 02 (dois) dias úteis do início das atividades, fixando dia, local e horário para a prestação de serviço.

3.2 No dia, horário e local fixados na Ordem de Serviço, o serviço de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) cumprirá a carga horária estipulada, conforme anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR

4.1 Pelo cumprimento do objeto do presente Contrato o **MUNICÍPIO** pagará à **CONTRATADA** o valor condizente ao serviço efetivamente prestado, de acordo com a(s) Ordem(ns) de Serviço e respectiva(s) fatura(s) atestada(s) pelo órgão responsável, perfazendo um total anual para o período contratual de R\$ 43.164,00 (Quarenta e três mil cento e sessenta e quatro reais) o que correspondente a 654 horas.

[Assinaturas manuscritas]

67
Uky

CLÁUSULA QUINTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

5.1 As despesas decorrentes do procedimento de contratação correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

2003.0161.04.122.227.2.334. 0009.339039-99 F 0300

2003.0076.04.122.227.2.334.0005. 339039-99 F 0300

2003.0076.04.122.093.2.334.0022. 339039-99 F 0300

2003.0076.04.122.093.2.334.0021. 339039-99 F 0300

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 No curso da execução do contrato, caberá ao Município, por meio de servidor da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada, fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a verificação da regularidade da execução do serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fiscalização exercida pelo Município não implica corresponsabilidade sua ou do servidor designado para o acompanhamento do Contrato, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da empresa a ser contratada por danos que, em decorrência de culpa ou dolo, sejam causados ao Município ou a terceiros.

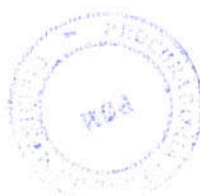
PARÁGRAFO SEGUNDO – O Município comunicará, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução do fornecimento, cabendo à empresa a ser contratada a imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura na Gerência Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal de Governo correspondente aos serviços efetivamente prestados.

7.2. A Nota Fiscal/Fatura não aprovada pela Gerência Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal de Governo será devolvida para as correções necessárias, contando-se o prazo estabelecido no item 7.1 a partir da data de sua reapresentação.

7.3. A empresa a ser contratada deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente para o Município de Belo Horizonte.



27

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

- 8.1. Garantir a boa qualidade do serviço prestado, disponibilizando profissionais com Proficiência em Interpretação das LIBRAS.
- 8.2. Realizar os serviços de intérprete das LIBRAS garantindo aos participantes com deficiência auditiva, todas as condições à comunicação, à informação e à possibilidade de compreensão das apresentações orais, durante as atividades desenvolvidas pela SMAGC, ao longo do ano de 2015.
- 8.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Município quanto à prestação do serviço.
- 8.4. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.
- 8.5. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas a regularidade do cadastro junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores - SUCAF.
- 8.6. Credenciar perante o Município um funcionário da empresa para gerenciar a prestação dos serviços contratados.
- 8.7. Apresentar sempre que solicitado pelo Município comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 8.8. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que causar ao Município ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço.
- 8.9. Submeter-se às determinações do CONTRATANTE.
- 8.10. Cumprir os prazos e a carga horária previstos na Ordem de Serviço emitida pelo Município

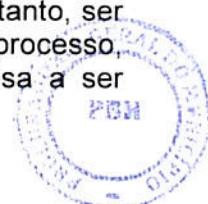
CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Acompanhar e fiscalizar o serviço contratado, através da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada - SMAGC.
- 9.2. Prestar todas as informações necessárias com clareza à empresa a ser contratada para a execução dos serviços contratados.
- 9.3. Emitir Ordem de Serviço com antecedência de 02 (dois) dias úteis, fixando dia, horário e local para a prestação de serviço.
- 9.4. Pagar no vencimento as notas fiscais/faturas apresentadas pela empresa a ser contratada.
- 9.5. Notificar a empresa a ser contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O contrato de prestação de serviços extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses em que a empresa a ser contratada:

- 10.1.1. infringir quaisquer das cláusulas ou condições do contrato;
- 10.1.2. entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;
- 10.1.3. transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte;
- 10.1.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução do contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.



10.1.5. deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Município;

10.1.6. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;

10.1.7. ser declarada inidônea e/ou suspensão em contratar com a Administração Municipal;

10.1.8. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Município, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da empresa a ser contratada;

10.1.9. demais hipóteses previstas na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

11.1 O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Município, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à empresa a ser contratada, salvo no caso de existência de prejuízo regularmente comprovado, em que não haja culpa da empresa a ser contratada, tudo nos estritos termos do § 2º do artigo 79 da Lei 8666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do licitante e ou da Adjudicatária/ contratada, sujeitando-os às seguintes penalidades:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa nos seguintes percentuais:

12.1.2.1. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total da adjudicação quando a adjudicatária se recusar a assinar o contrato dentro do prazo previsto, em observância ao disposto no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

12.1.2.2. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

12.1.2.3. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o licitante/adjudicatária retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas.

12.1.2.4. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas.

[Handwritten signatures and initials]



70
tku

12.1.2.5. Multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de a contratada entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

12.1.2.6. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando a Contratada der causa, respectivamente, à rescisão do contrato.

12.1.2.7. Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de a Contratada ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

12.1.3. Impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02;

12.2. As penalidades de advertência serão aplicadas pela Gerência Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal de Governo, mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.

12.3. As penalidades de multa serão aplicadas pela Gerência Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal de Governo, mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.

12.3.1. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I - se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o infrator pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

II - inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

III – impossibilitado o desconto a que se refere o inciso II deste artigo, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa.

12.3.2. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas.

12.3.2.1 Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem 12.3.2. serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

12.4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal de Governo.

12.5. Na aplicação das penalidades de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar será facultada a ampla defesa e contraditório no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Handwritten signature and initials, including the word "Carta" and the number "2".

12.6. Poderá, ainda, ser objeto de apuração em processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestamente majorado ou inexequível.

12.7. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente com as demais penalidades previstas, após a análise do caso concreto, e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

12.8. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

12.9. O desempenho insatisfatório da empresa ensejará a anotação em sua ficha cadastral nos termos do Decreto Municipal 15.113/2013

12.10. O procedimento de aplicação das sanções administrativas obedecerá ao disposto nos arts. 25 a 36 do Decreto Municipal 15.113/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Exigir-se-á da adjudicatária a prestação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, a ser recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado do início da vigência do contrato respectivo, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro garantia;

III - fiança bancária.

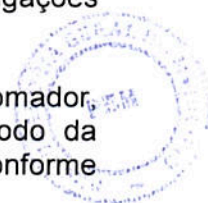
13.1.1. A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pela Administração Municipal.

13.1.2. Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a garantia deverá ser recolhida obrigatoriamente no Banco do Brasil, Agência 1615-2, C/C nº 40.181-1.

13.2. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.

13.3. A cobertura do seguro garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto no art. 3º, inciso I, Circular SUSEP nº 232/03.

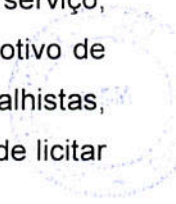
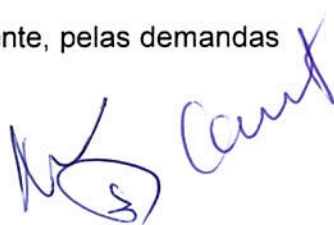
13.4. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.


Handwritten signature and initials in blue ink.

- 13.5. O Município de Belo Horizonte poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para ressarcir-se de multas estabelecidas no contrato.
- 13.6. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a Contratada a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.
- 13.6.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.
- 13.7. As modalidades de seguro garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Não será permitida, durante a execução do contrato, a subcontratação, total ou parcial do objeto contratado, associação com outrem, a fusão, cisão ou incorporação.
- 14.2. A instituição a ser contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato de Prestação de Serviço, conforme previsto nos parágrafos 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 14.3. A tolerância do Município de Belo Horizonte com qualquer atraso ou inadimplência por parte da empresa a ser contratada não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 14.4. A contratada não poderá caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira.
- 14.5. O contrato será rescindido se a contratada entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se; recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo; deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior; deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais; ser declarada inidônea e/ou suspensa e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal.
- 14.6. A empresa a ser contratada deverá responsabilizar-se, integralmente, pelas demandas da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada.



73
TKM

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO

15.1 A eficácia do presente Contrato depende de seu registro junto à Procuradoria Geral do Município, cabendo ao **CONTRATANTE** a publicação de seu extrato em edição do DOM - Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 É competente o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente Contrato.

E por assim estarem justas, combinadas e contratadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições contidas nas cláusulas do presente Contrato e firmam este, em 03 (três) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo.

BELO HORIZONTE, 13 de maio de 2015.

Vitor Mário Valverde
Secretário Municipal de Governo

Rúsvel Beltrame Rocha
Procurador Geral do Município

Hércules Guerra - BM 35.250-4
Procurador Geral Adjunto do
Município de Belo Horizonte

Carnilo Cândido de Araújo Júnior - BM 105.563-2
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro
SMATES/SMF

Marcelo Piancastelli de Siqueira
Secretário Municipal de Finanças

Representante de Empresa



74
Km

ANEXO I

Quantidade estimada de horas - Contratação de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)/Língua Portuguesa.		
ENTIDADE	Detalhamento	Total
CULTURA	- 09 pré-conferências regionais - 4 horas /conferência regional = 36 horas - 03 pré-conferências setoriais - 4 horas/conferência setorial = 12 horas - Conferência Municipal - 03 dias - sexta (19h às 22h - 3horas) + sábado (8x2= 16h/2 interpretes) + domingo 8x2= 16h/(2 interpretes) Total = 36+12+3+16+16= 83	83
CMDPD	09 pré-conferências regionais. 4 horas /conferência regional = 9x4=36 Conferência Municipal: 4h abertura + 3h/grupo de discussão = 3x3h=9h + 5h/plenária = 2x5=10 / 4 + 9 + 10 = 23 Total: 36 + 23 = 59h	59
CME	04 (quatro) horas para a abertura, na sexta-feira à noite 8x2= 16 horas (2 interpretes) , no sábado; 8x2= 16 horas (2 interpretes) , no domingo Total= 4+16+16 = 36	36
CMS	9 Conferências Distritais: 4h/abertura + 8x2= 16 horas (2 interpretes) Conferência = 4+16=20x9=180 Conferência Municipal: 4h /abertura + (2 dias de 8 horas) 2x8=16x2= 32 (2 interpretes) Total= 180+4+32= 216	216
COMUSAN	04 (quatro) horas para a abertura, na sexta-feira à noite; 8x2= 16 horas (2 interpretes) , durante o dia, no sábado; 8x2= 16 horas (2 interpretes) , durante o dia, no domingo. Total= 4+16+16 = 36	36
CMI	Conferência Municipal: 3h /abertura + 8x2= 16 horas (2 interpretes) Total= 3 + 16= 19	19
CMAS	11 eventos preparatórios 9 eventos preparatórios para usuários 8x2= 16 horas x9= 144h 1 evento preparatório para usuários: 8x2= 16 horas 1 evento preparatório para entidades: 8x2= 16 horas Conferência Municipal: 2 dias de 8h = 8x2= 16 horas x2=32 Total= 144+16+16+32	187
14. Gerência de Colegiados	9 encontros: 2h/capacitação. 9x2=18 Total: 18h	18
TOTAL		654

Cond

27